

17.ª SESSÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

ATA N.º 17/2024

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 25 DE JULHO DE 2024

----- Ao vigésimo quinto dia do mês de julho do ano de dois mil e vinte quatro, pelas vinte e horas, reuniu, presencialmente e simultaneamente transmitida via streaming nas instalações do Salão Nobre do Edifício dos Paços do Concelho de Lousada. -----

----- Às vinte e uma horas e vinte minutos, foi feita a chamada e verificou-se estarem presentes os seguintes Membros Municipais: -----

PRESENTES: -----

MEMBROS ELEITOS: -----

- - Leonel Domingos Reis Vieira da Silva;-----
- - **Antero de Sousa Correia** em substituição de José Bernardino Pinto Nogueira;-----
- - Agostinho Gaspar de Oliveira Ribeiro, -----
- - Eduarda Filipa Pereira Ferreira;-----
- - Sandra Maria Leonor Pereira da Silva;-----
- - João Carlos Sousa Teixeira da Fonseca;-----
- - Rúben João Pinto Bessa;-----
- - **André António das Neves Magalhães**, em substituição de Joaquim José Correia Bessa;-----
- - Maria José Pacheco Meireles Magalhães;-----
- - Pedro Miguel Amaral Silva;-----
- - Sónia Cláudia Fernandes de Oliveira;-----
- - Vítor Carlos Almeida da Silva;-----
- - Ana Cristina Leal Moreira;-----
- - Adelaide Augusta Vieira Barata Gomes;-----
- - **João Paulo Nunes Brito** em substituição de Ricardo Manuel Marques
- - Pedro Filipe Teixeira de Faria;-----
- - Paulo Alexandre Pedro de Magalhães;-----
- - **Sónia Cristina Lourenço Ribeiro**, em substituição de Joana Sofia Pacheco Nogueira;-----
- - MARIA DE LURDES OLIVEIRA E CASTRO.-----

OS PRESIDENTES DAS JUNTAS DE FREGUESIA PRESENTES NA SESSÃO: -----

- -- Jorge Agostinho Magalhães Cunha, freguesia de Aveleda;-----
- -- **Ana Paula Moreira**, como representante legal de Luís Daniel Fernandes Peixoto, freguesia de Caíde de Rei;-----
- -- **Carlos Manuel da Rocha Leal Ribeiro**, representante legal de Armando Jorge da Mota Moreira, freguesia de Lodares;-----
- -- Paulo Abílio Teixeira dos Santos, freguesia de Macieira;-----
- -- Nuno Daniel Ferreira, freguesia de Meinedo;-----
- -- Joaquim Ribeiro de Magalhães, freguesia de Nevogilde;-----

- -- Diogo Agostinho Carvalho Aires, freguesia de Sousela; -----
- -- Elisa Maria Ferreira Cardoso Rosa Mesquita Pinto, freguesia do Torno;
- -- António Fernando Morais da Silva, freguesia de Vilar do Torno e Alentém;-----
- -- Eduardo António Sousa e Castro Taveira, da União das freguesias de Cernadelo e Lousada (São Miguel e Santa Margarida); -----
- -- **Dora Manuela Moreira Rocha Santos**, representante legal de Eduardo Augusto Vilar Barbosa, União das freguesias de cristelos, Boim e Ordem; -----
- -- Fausto Manuel da Costa Oliveira, União das Freguesias de Silvares, Pias, Nogueira e Alvarenga. -----

----- Verificou-se estarem presentes **31 Membros Municipais**, bem como a presença do senhor Presidente da Câmara Municipal de Lousada, Dr. Pedro Daniel Machado Gomes e dos senhores vereadores, Cristóvão Simão Oliveira Ribeiro, Manuel António da Mota Nunes, Carlos Manuel Soares Nunes, Maria do Céu Vieira Rocha, Nelson Ângelo Coelho Oliveira e António Augusto Silva.-----

----- **A Presidente da Assembleia Municipal informa que a sessão está a ser transmitida via streaming a partir das instalações do Salão Nobre do Edifício dos Paços do Concelho de Lousada.** -----

----- Verificando-se a existência de quórum, a senhora Presidente da Assembleia Municipal, Maria de Lurdes Oliveira e Castro, declarou aberta a Sessão. -----

----- **A Presidente da Assembleia da Assembleia Municipal começou por informar os membros municipais presentes das seguintes substituições:** -----

----- Em primeiro lugar, em virtude da impossibilidade do Membro Municipal, Primeiro Secretário da Mesa, José Bernardino Pinto Nogueira, de estar presente nesta sessão, por motivos de saúde, é nos termos legais substituído na Mesa pelo Segundo Secretário, Rúben João Pinto Bessa, ficando, por isso, a composição da Mesa incompleta. -----
Assim, cumprindo o disposto no n.º 5 do art.º 22.º do Regimento em vigor ("Na falta de um ou dois membros da Mesa, o membro restante nomeia os outros elementos necessários."), vamos chamar um membro Municipal para suprir a falta. Nestes termos, solicito ao Membro Municipal, Maria José Pacheco Meireles Magalhães, que integre a Mesa da Assembleia Municipal nesta Sessão para o de Segundo Secretário. -----

----- **Entraram na sessão, pelas 21h22min os(as) Membros da Assembleia Municipal, Óscar Miguel Sobral da Silva, Partido Socialista e João Fernando Magalhães, Presidente da União de freguesias de Figueiras e Covas,**

Coligação Acreditar Lousada.

----- Informou os pedidos de substituição nos termos do artigo 78.º e 79.º da Lei 169/99 de 18 de setembro (versão atualizada):

- José Bernardino Pinto Nogueira, (PS) substituído por Antero de Sousa Correia (PS);
- João Carlos Pinto Correia (PS), substituído por Óscar Miguel Sobral da Silva;
- Maria José Magalhães (PS) substituída por Antero de Sousa Correia (PS).;
- Joaquim José Correia Bessa (PPD/PSD) substituído por André António das Neves Magalhães (PPD/PSD);
- Ricardo Manuel de Bessa Marques (PPD/PSD) substituído por João Paulo Nunes de Brito (PPD/PSD), uma vez que o(a) elemento a seguir na Lista, Luciana Isabel Dias Martins, não se encontrava disponível para estar presente nesta sessão.
- Joana Sofia Pacheco Nogueira (PS) substituída por Sónia Cristina Lourenço Ribeiro (PS), uma vez que o(a) elemento a seguir na lista, Lara da Rocha Santos não se encontrava disponível para estar presente nesta sessão.

----- E, pedido de substituição de nos termos do n.º 3 do artigo n.º 10 do Regimento da Assembleia Municipal de Lousada e, al. º c) do n.º 1 do artigo 18 da lei n.º 75/2012 de 12 de setembro (versão atualizada):

- Luís Daniel Fernandes Peixoto, Presidente de Junta de freguesia de Caide de Rei, representado pela sua representante legal Ana Paula Vieira Moreira;
- Armando Jorge da Mota Moreira, Presidente de Junta da freguesia de Lodares, representado pelo seu representante legal Carlos Manuel da Rocha Leal Ribeiro.
- Eduardo Augusto Vilar Barbosa, Presidente da União das freguesias de Cristelos, Boim e Ordem, representado pela sua representante legal Dora Manuela Moreira da Rocha Santos.

----- PERIODO DA ORDEM DO DIA-----

-----A senhora Presidente da Assembleia Municipal deu início ao **PERIODO DA ORDEM DO DIA**, dando a palavra aos Membros da Assembleia Municipal PRESENTES, com os seguintes pontos a deliberar:

1.-----Segunda alteração modificativa ao orçamento de despesa e ao plano plurianual de investimentos (PPI).

----- A Câmara Municipal de Lousada, na sua reunião ordinária de 22/07/2024, deliberou por unanimidade, aprovar e **remeter à Assembleia Municipal de Lousada para aprovação a segunda alteração modificativa ao orçamento de despesa e ao plano plurianual de investimentos (PPI)**, em cumprimento do disposto da alínea a) do n.º 1 do art.º 25º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação. -----

----- **Não houve intervenções**, por parte dos Membros Municipais presentes, sendo efetuada a votação obteve-se a seguinte **DELIBERAÇÃO**:

----- No uso da competência prevista da alínea a) do n.º 1 do art.º 25º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, **a Assembleia Municipal de Lousada, aprovou por unanimidade de 33 votos, a segunda alteração modificativa ao orçamento de despesa e ao plano plurianual de investimentos (PPI)**. -----

2.-----Plano de Pormenor da Costilha: -----

----- **Esclarecimento do Senhor Presidente da Câmara Municipal, Pedro Machado:** «Muito Boa noite a todas e a todos, um cumprimento muito especial à senhora Presidente e um agradecimento aos senhores deputados por numa quinta-feira das festas, estarmos aqui para discutir e deliberar sobre o futuro da Pista da Costilha. Queria antes de mais pedir-vos desculpa por não termos aqui o ar condicionado ligado. Estamos a preparar neste momento um concurso. Este edifício tem um problema, sempre teve desde a sua reconstrução porque na altura para não abdicarmos da questão estética e arquitetónica, as máquinas do ar condicionado ficaram no sótão e sobretudo de verão não há renovação de ar necessária e há um problema complicado. Neste momento o que nós estamos a prever fazer é ter uma ligeira alteração no telhado de modo que não tenha qualquer visibilidade aqui da rua, portanto uma espécie de águas-furtadas para que de facto haja essa ventilação, caso contrário é impossível resolver este problema. E, portanto, não temos sentido muito porque normalmente só temos a Assembleia de junho e setembro, mas é um problema que este edifício tem e que hoje se nota com mais acuidade e que vai ser resolvido a curto prazo. -----

----- Relativamente ao assunto que aqui nos traz hoje, queria apenas fazer uma apresentação muito geral, depois dos senhores deputados fazerem as vossas intervenções, eu farei também os esclarecimentos que forem necessários, mas acho que era importante este esclarecimento prévio. É um assunto que se anda a arrastar há mais de um ano. Esta proposta, que foi apresentada na Reunião Câmara e que hoje é apresentada aqui à Assembleia, é o resultado de meses e meses de negociações muito

complexas e muito difíceis. Porque tivemos de compatibilizar posições, posições altamente divergentes. Acho que é do conhecimento público que havia litígios judiciais entre as partes envolvidas. -----
----- Numa fase muito prévia fizemos análises de alternativas a esta proposta que hoje está aqui a ser apresentada, nomeadamente a construção de uma pista de raiz e deparamo-nos com dificuldades ainda maiores. Dificuldades ainda maiores, desde logo porque se trata de grandes áreas que são necessárias. No caso em concreto da proposta que nós hoje aqui trazemos, estamos a falar de 10 hectares, 100 mil metros de terreno numa zona central e, portanto, numa zona central era impossível nós termos aqui uma alternativa. Pensamos e estudamos em algumas alternativas aqui na zona central e rapidamente as abandonamos porque a orografia dos terrenos não permitia executar o projeto. Naturalmente que a primeira opção mais óbvia e que faria mais sentido para, enfim, termos economias de escala e sinergias, era o complexo desportivo. Estudamos a aquisição de terrenos, na zona Oeste, mas o problema é que tem declives muito grandes, tem zonas de reserva ecológica e, portanto, a área onde era possível fazer qualquer coisa era manifestamente insuficiente. Há uns anos, ainda fiz um contato com a Quinta de Vila Meã, mas não foi possível qualquer receptividade para o efeito. Também faria sentido naquela ponta, junto à autoestrada, e tirava partido também daquelas infraestruturas desportivas que ali temos. Também não foi possível. Estudamos outra localização, na variante de Silves para Lustosa, depois do cruzamento para a Ordem. Aí há alguma área disponível, mas temos novamente o problema de escavações brutais e a propriedade muito parcelada, e atrás temos reserva ecológica, linhas de água e, portanto, também rapidamente abandonamos essa hipótese e, portanto, soluções de raiz aqui no centro não conseguimos encontrar nenhuma alternativa. Porventura, a ideia poderia passar por sairmos daqui do centro, mas creio que íamos perder também com isso e sobretudo, perdíamos esta marca identitária que a Costilha tem, porque a localização não é indiferente e o facto de nós estarmos aqui hoje focados na Costilha, estamos também no fundo a honrar aquilo que foi um percurso muito auspicioso de muita gente que de uma forma altruísta e inicialmente amadora, conseguiram concretizar um sonho que rapidamente se veio afirmar como uma das marcas mais fortes do nosso concelho. E, portanto, esta proposta de nós adquirirmos a Pista da Costilha tem essa grande vantagem, esse grande mérito, que na fundamentação dos termos de referência lá está citado inclusivamente o próprio livro que foi dedicado a este equipamento. Mas como é sabido, o facto daqueles terrenos não serem nossos, tem sido um obstáculo muito grande. Tem sido uma fonte de limitação muito grande naquilo que são os investimentos que gostaríamos de lá fazer, de ampliarmos e requalificarmos aquele equipamento para lá conseguirmos fazer outro tipo de provas, ou seja, para nós almejarmos ter de novo lá provas internacionais, isso seria ou será impossível se nós não tivermos um espaço, nem vale a pena pensar sequer na ideia, porque não seria sequer legal nós estarmos a fazer investimentos

avultados em terrenos privados e, portanto, esta questão da aquisição dos terrenos era fundamental. E, portanto, como eu disse, há mais de um ano que nós andamos em contactos e negociações e pouco a pouco, passo a passo, fomos partindo pedra, fomos ultrapassando problemas e hoje temos aqui uma proposta concreta que me orgulho dela porque concretiza esse sonho e sobretudo, como sempre, acautela o interesse público e vai ser um fator de desenvolvimento, um fator de desenvolvimento não só para o desporto automóvel, mas também para a própria vila, porque tem aqui uma componente muito importante de acessibilidades. Nós com esta proposta que apresentamos, estamos a prever a construção de uma nova via que vai ligar a rotunda Jaime Moura para nordeste, para que intercete à variante à EN 106. Neste momento, essa parte não está assegurada porque depende também, obviamente, da Infraestruturas de Portugal, mas o projeto já foi apresentado às Infraestruturas de Portugal. Já foi formalizado e, portanto, será, depois, um investimento numa segunda fase, mas que faz todo o sentido porque a nossa variante urbana à vila tem ainda duas partes importantes para resolver, uma é esta, é uma nova ligação à variante à EN 106 e uma outra é a ligação junto à presa de Marecos até à Igreja de Cristelos, que é um assunto que eu queria nos próximos tempos, a muito curto prazo, dedicar-me a 100% para ver se é possível nós também concluirmos essa obra que é muito importante para fecharmos as acessibilidades da malha urbana. E, portanto, tem esta componente deste projeto de uma obra que se justificaria per si, independentemente de haver pista, ou não haver pista naquele local. É um investimento que nós temos neste momento estimado na ordem dos 303 mil euros, salvo erro, mais IVA. Portanto, é um investimento comedido face à importância que o mesmo tem, uma importância estratégica. Basicamente, o modelo deste acordo que hoje aqui é apresentado passa pelo seguinte: abdicar da localização atual do paddock, porque tem um problema que é inultrapassável, desde logo a sua localização, uma vez que está situado do outro lado da estrada e, portanto, é uma situação muito desconfortável que é nos dias de prova, os carros andarem a atravessar a estrada. Portanto, há grandes vantagens de nós termos o paddock do mesmo lado da pista. Por outro lado, o paddock tem uma dimensão insuficiente para aquilo que são as necessidades atuais do desporto automóvel, sobretudo no que respeita a provas internacionais e, portanto, havia a necessidade de adquirir mais terreno. A par disso, os proprietários daqueles terrenos tinham a expectativa legítima de os urbanizar, até porque o PDM de Lousada classifica aqueles terrenos como aptos para construção. E, não só os terrenos do paddock, mas também os terrenos da pista, só com uma diferença, na pista há uma unidade operativa de planeamento e gestão número 20, ou seja, são terrenos de expansão urbana, aptos para construção, mas de expansão urbana e os outros são terrenos já classificados como urbanizados. Como havia essa expectativa, nós conseguimos o acordo da INTUL para que nos ceda o terreno ocupado pela Pista da Costilha e, por força disso, nós fazemos as obras de

urbanização que estão avaliadas em oitocentos e poucos mil euros. Mas ao cederem esse terreno, a INTUL fica com um excesso de áreas cedidas ao Município, ou seja, nos termos da lei, sempre que é feita uma urbanização, os proprietários são obrigados a ceder ao Município áreas para espaços verdes, para equipamentos, etc. E, portanto, por força da capacidade construtiva que este plano de pormenor prevê para esta parcela número 2, a INTUL não era, obviamente, obrigada a ceder tanta área, portanto, há aqui um excesso de área que nós recebemos com a entrega da pista de trinta e cinco mil metros. Portanto, esses trinta e cinco mil metros, área a mais que nós recebemos que não era obrigatória, tem de ser avaliada. Chegámos a um acordo quanto a esse valor de 37,5 €/m² e, portanto, em função desse valor, o que está aqui previsto é que a Câmara assume a execução dessas obras de urbanização e paga a diferença para ficar a zero na ordem dos quinhentos e onze mil euros. Depois associado a isso há a aquisição de duas parcelas de terreno à Casa da Costilha, à D. Eugénia, para nós construirmos o novo paddock e a via necessária. Hoje não está aqui nesta Assembleia o assunto, mas há aqui outras parcelas de menor dimensão, nomeadamente a parcela 5, que já temos acordo com os proprietários, a Casa da Fundação de Caíde. Vamos adquirir por cinco euros por metro quadrado. E, depois a parcela 6, é uma parcela sobrança de uma expropriação, também já formalizamos à Estradas de Portugal, a sua aquisição. Há ainda uma pequena parcela 8 contígua à rotunda, em também já temos uma perspectiva de acordo com proprietário, mas as grandes parcelas são estas mais duas das quais já vou falar. Relativamente à Costilha, como eu disse, foi difícil esta negociação porque havia aqui um mal-estar muito grande, que é normal quando há litígios, mas conseguimos, passo a passo, ultrapassar e a dificuldade maior é que para esta aquisição fazer sentido para o Município, nós tínhamos que ter aqui uma forma legal de adquirir estas 3 parcelas ao mesmo tempo, caso contrário, o Município podia ficar aqui numa situação muito complicada de fazer o contrato com um e não conseguir fazer com o outro e ficávamos com o terreno e sem condições para concretizar a obra e, portanto, foi ponto assente que os contratos a fazer com os proprietários iriam ter condições de eficácia e, portanto, no fundo, só iriam ser eficazes para o Município se nós após a assinatura do primeiro contrato, conseguíssemos fazer contratos-promessa com ambas as partes e obtivéssemos o visto do Tribunal de Contas e, portanto, a partir daí, então, os contratos tornam-se eficazes e o Município fica com condições garantidas e registadas na conservatória para efetivamente se avançar nesse sentido. -----

----- Este projeto para fazer sentido e para não ser ele próprio um problema necessitava aqui de uma melhoria na rede viária. Uma dessas melhorias já referi que é a tal via que parte da Rotunda Jaime Moura em direção à variante à EN106. Mas depois o facto de se urbanizar a parcela 2, que corresponde ao atual paddock, se fizéssemos apenas uma urbanização nessa parcela, nós íamos ficar aqui com um problema diabólico, porque todo esse trânsito iria ter de drenar para Avenida Jaime Moura e, portanto,

nos dias de prova seria o caos. As pessoas não podiam sair e entrar em casa de helicóptero. Daí nós termos alargado a área de influência do plano para a parcela 10 e parcela 11. Aliás, por nossa vontade até tínhamos incluído mais parcelas, mas não foi possível, não houve interesse por parte dos particulares, mas com estas parcelas 10 e 11, nós já conseguimos perfeitamente aquilo que era o objetivo que é, rasgar um eixo central que permita ligar a Avenida Jaime Moura em direção à rua que liga a rua Santo André à rua da Costa Nova. E, por sua vez, com ligações paralelas de premeio que vão permitir desencravar duas ruas que nós temos no casco urbano da vila, que é a rua Rodrigo Fernandes e a rua de Arcas. Ou seja, em termos de malha urbana, vai ficar muitíssimo bem e, sobretudo, em dias de prova, toda aquela urbanização vai ter condições para drenar sem ter o problema de não poder aceder à Avenida Jaime Moura, com a perspetiva também de fazer depois também uma ligação direta à rotunda, aquela rotunda abaixo do Pingo Doce. E, portanto, basicamente tem traços gerais, por enquanto, é isso que eu vos queria dizer. Há aqui uma outra nota importante também relativamente à aquisição que vamos fazer dos terrenos da Casa da Costilha, da D. Eugénia. Nós estamos a falar de 2 parcelas que vão ser adquiridas por 672.390 euros e outra por 210.571 euros. No caso da INTUL já referi, portanto, nós avaliamos aqueles 35.000 metros, que são a área em excesso que vamos receber, por 37,5 €/m² e, portanto, dá um crédito a favor da INTUL de 1 milhão 312 mil euros. Vamos assumir obras de urbanização de 801.244 e pagar 511.518, que é a diferença. Relativamente às parcelas 10 e parcelas 11, a situação é muito diferente, porque quem vai suportar o custo das infraestruturas são os proprietários e eu acho que na Reunião de Câmara deve ter havido uma grande confusão, os Srs. Vereadores não perceberam aquilo que estava em causa ou então, enfim, quem não percebe, sou eu. Porquê? Porque no fundo, as obras que nós vamos fazer na parcela 10 e na parcela 11 que estão orçamentadas em 483.900, na parcela 10, e 203.512 vírgula 50 na parcela 11, vão ser pagas pelas proprietárias. E vão pagar não só isso, mas também um défice de áreas que não são cedidas. Aqui, é ao contrário, enquanto na INTUL são cedidas áreas a mais, aqui fica aquém daquilo que a lei prevê. E, portanto, essas áreas que são cedidas a menos foram avaliadas ao mesmo valor da INTUL, os tais 37,5 €/m² e, portanto, no fundo nós em função dessas áreas, que foi outra grande confusão, na minha perspetiva, na Reunião de Câmara, porque estavam a confundir créditos com débitos e, portanto, isso é óbvio que não faz qualquer sentido. No caso em concreto, o valor dessas áreas que não são cedidas é um crédito a favor do Município. O valor que nós vamos investir é um crédito a favor do Município. E, portanto, relativamente à parcela 10, nós ficamos com um crédito de 1 milhão, 368 mil e 59 euros e 42 cêntimos e relativamente à parcela 11, ficamos com um crédito de 507 mil 121 euros e 31 cêntimos. Como é que estes valores vão ser pagos ao Município? Em compensações em espécie, tal como a lei prevê. Ou seja, nós vamos receber um terreno com 21 mil metros na freguesia de Macieira e vamos receber também lotes de construção na

própria urbanização do Plano de Pormenor. Os lotes número 30, 31, 32, 33 e 35, ou seja, lotes destinados à construção multifamiliar. Serão uma ferramenta importantíssima para o município também poder executar as suas políticas públicas de habitação, diretamente ou indiretamente. Depois veremos a melhor forma de o fazer, mas será uma ferramenta para darmos uma resposta efetiva a uma das debilidades da região e do país, que é falta de habitação, porque efetivamente ficamos com os terrenos prontos a serem construídos nessa urbanização, para além de um outro lote de habitação unifamiliar que, basicamente, é para o prato da balança ficar ao mesmo nível. -----

----- Em traços muito gerais, é isto que eu vos tinha para dizer e para ficarem com uma perspetiva mais concreta daquilo que eu estou a falar, nós temos um pequeno vídeo para vos apresentar onde vai ser possível ver a zona urbanizada, uma zona que nós queremos de grande qualidade, uma zona que aposta sobretudo na habitação, com muito pouco comércio, em que os prédios recuam do espaço público, na maioria das situações 5 metros, noutras apenas 3, o que permite criar um distanciamento à via pública e ter rés do chão com qualidade para que possam ser usados para habitação com jardins particulares privados em redor dos prédios. Portanto, o projeto na minha ótica é muito interessante, muito leve. Contrariamente àquilo que tem vindo a ser dito, ao falar-se em especulação imobiliária, eu pergunto que especulação imobiliária é essa, se nós, com este Plano de Pormenor, estamos a propor uma solução que foi consensualizada com os proprietários de aproveitar apenas 80% daquilo que é a capacidade que o PDM atribui? Ou seja, atualmente o PDM classifica aquelas áreas com determinada tipologia, portanto solo urbano com determinados índices e se fizermos as contas, vamos chegar à conclusão que o PDM permitia construir 101.000 m², salvo erro, de área de construção e o Plano Pormenor prevê apenas 80.000. Se isto é especulação imobiliária, então não sei o que é especulação imobiliária. -

----- Outra coisa que pretendemos também, para além da qualidade desse espaço urbano que vai existir ali, é uma preocupação de ter o máximo de estacionamento possível. As caves desses prédios vão ser muito generosas para que efetivamente as pessoas que vão morar naquela urbanização não tenham necessidade de deixar os carros cá fora. Para quê? Para que também esse estacionamento exterior e público possa ser uma resposta importante para a pista. Não será uma resposta suficiente, mas será também um complemento importante. Certamente me vão perguntar se está previsto também estacionamento. Estamos a trabalhar nisso para que efetivamente haja mais oferta em termos de estacionamento, mas esta, sobretudo num primeiro momento, enquanto não houver construção, vai ser excelente, mas naturalmente temos de atalhar no sentido de termos uma alternativa, porque quando tivermos aquela zona toda construída naturalmente que a disponibilidade de estacionamento público já não será tão grande. Existirá na mesma, como digo, porque as caves vão ser muito generosas, tal como estará previsto no Plano de Pormenor e, portanto, continuará a haver disponibilidade de

estacionamento no exterior, mesmo quando estiver tudo construído, mas faz todo sentido, obviamente, nós termos espaços na envolvente para que os utilizadores da pista possam estacionar. E, portanto, relativamente àquilo que vão ver, a parte da pista ainda está cru. Nós ainda não temos detalhe neste 3D que vamos mostrar. Neste momento, aquilo que eu vos posso dizer é que o estudo que fizemos de alteração de traçado e que estamos a fazer de requalificação da Pista está a ser acompanhado por especialistas internacionais. Está previsto agora em meados de agosto, vir cá à pista um perito da FIA porque está em curso um processo de homologação Internacional, ou seja, as obras que nós vamos fazer na pista estão também associadas e dependentes dessa apreciação e validação dos inspetores da FIA. Creio que já o disse numa reunião anterior que este processo já se iniciou há algum tempo. O clube automóvel, eu agora não sei, não tenho a certeza se foi, há 3 se foi há 4 anos, foi por aí, fez um pedido de homologação e tivemos aqui na Pista da Costilha um Inspetor Internacional e rapidamente se percebeu que eram necessários investimentos, sobretudo ao nível da segurança, da colocação de redes, proteções, etc. E, portanto, colocou-se novamente o problema de saber como é que seria possível fazer esses investimentos se não havia legitimidade para intervir neste espaço e, portanto, era uma situação que tolhia o futuro do desporto automóvel e que na minha perspetiva fica muitíssimo bem resolvido. Eu pedia agora para passar o vídeo para que possam ter uma ideia mais concreta daquilo que eu estou a falar.» -----

----- **De seguida foi demonstrado um vídeo aos membros da Assembleia Municipal sobre o Plano de Pormenor da Costilha, com a duração de 09 minutos e 4 segundos.** -----

----- **Continuação do esclarecimento do Senhor Presidente de Câmara, PEDRO MACHADO:** «E, só para concluir. Como tiveram oportunidade de ver, a parte da Pista ainda está crua, portanto, ainda vai ser desenvolvida. A parte do paddock já está muito aproximada, embora ali está por exagero, ou seja, como tiveram oportunidade de ver, temos espaço para 50 e tal camiões/equipas, mas não é necessário, ou seja, nós vamos depois fasear a obra, criando as primeiras 2 plataformas e depois, a seu tempo, temos o terreno para mais se for necessário, não ficamos limitados. Portanto, é um mero exercício em função da dimensão do terreno, o que é que nós podemos ali fazer. Mas não faria sentido fazer tudo aquilo até abaixo, pelo menos numa primeira fase. Era isso que no essencial eu queria dizer.» -----

----- **Esclarecimento do Senhora Presidente da Assembleia Municipal, Lurdes Castro:** «Vou começar por dar nota as propostas que compõem este ponto que foram remetidas para a Assembleia Municipal para votação e

para conhecimento. Depois das vossas intervenções serão votadas.» -----

----- **Continuação do esclarecimento do Senhor Presidente de Câmara, Pedro Machado:** «Poderão perguntar, mas porquê hoje? Porque é que isto não podia ser depois? É hoje porque já devia ter sido há muito tempo. Aliás, eu tinha dito aqui aos senhores vereadores que queria fazer uma reunião extraordinária da Câmara para que esta sessão da Assembleia tivesse sido há muito mais tempo. Mas cada dia que passava era mais um problema que aparecia, até nas cláusulas dos contratos nós tivemos dias e dias a discutir. E, portanto, o meu receio é que isto se tornasse um calvário, um processo sem fim! Entretanto, vem agosto, se remetêssemos o assunto para setembro, corríamos aqui um sério risco de voltarmos outra vez a ter de dar um passo atrás para depois, enfim, ultrapassarmos mais obstáculos. E, portanto, a partir do momento em que nós conseguimos consensualizar tudo, não devíamos, na minha opinião, perder tempo. E daí a urgência de se ter remetido o assunto à reunião de Câmara e de se ter convocado esta Assembleia para hoje.» -----

2.1 Aquisição das parcelas de terreno necessárias à execução do Plano de Pormenor da Costilha e autorização para a celebração de contratos de urbanização e de execução do Plano de Pormenor da Costilha, nos termos e para os efeitos do artigo 150.º do RJIGT: -----

----- **Intervenção do Membro Municipal, Pedro Amaral, Coligação Acreditar Lousada:** «Excelentíssima Senhora Presidente da Mesa da Assembleia, Senhor Presidente, Senhores Vereadores, Colegas Deputados, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social, Público aqui presente. Caros Lousadenses aquilo que se passa aqui hoje nesta Assembleia agendada de forma relâmpago, é a tentativa desta maioria socialista fazer passar despercebido pela janela, aquilo que manifestamente não tem coragem de fazer passar pela porta. Antes de tecer considerações em concreto sobre as falhas do plano, quero chamar a atenção para uma série de questões formais que estão a ser postas em causa pela forma repentina e atabalhoada como esta questão está a ser apresentada à oposição e a esta Assembleia. Senhor Presidente, como acabou agora de confirmar aqui está há mais de 1 ano a negociar sozinho com os proprietários e a preparar este plano, mas dá 2 dias úteis aos vereadores e aos Deputados da Coligação para estudarem e analisarem a proposta. Seriamente qual a pressa de trazer este assunto hoje neste dia, a esta Assembleia extraordinária? Das duas/ umas ou a ideia é impedir a oposição de uma análise cuidada e profunda do plano ou então colocam a nossa competência tão acima da vossa que para nós bastam 2 dias para analisar o que Vossas Excelências andaram a fazer durante meses. Com tanta pressa de apresentar o plano, seria de esperar que o processo estivesse se não concluído, pelo menos com todas as formalidades cumpridas para assinatura dos contratos que solicitam autorização. Mas nem isso. Não só foi

preciso exigir dados complementares que não constavam da ordem do dia como após terem sido remetidos ainda chegámos à conclusão de que há áreas ainda por retificar, descrições de registo por efetuar e pasme se a um prédio cedido ao Município, que nem na titularidade do excedente está. Já agora, Senhor Presidente, tem a certeza de que o imóvel de Macieira, que aparentemente será cedido, corresponde ao número 292?! Pedir autorização para celebrar contratos com informação que ainda não corresponde à realidade jurídica dos imóveis. É o mesmo que dizer a cada um destes Deputados da Assembleia que está cá para assinar de cruz aquilo que o que o executivo socialista mandar. Senhor Presidente, Senhora Presidente da Assembleia, nem eu nem os Deputados do PSD nem de resto os Deputados do PS são verbos de encher para vir aqui autorizar a celebração de contratos sem que os elementos essenciais das obrigações assumidas estejam assentes. Para além disso, o plano é omissos nos custos estimados, por exemplo, das contrapartidas da cláusula quarta da cedência das parcelas 3 e 4. Tal como é omissos na questão fundamental do custo estimado para a Requalificação da Pista e do Paddock. Mas quem pensar que isto não é grave o suficiente, as falhas e incongruências do plano não ficam por aqui. Vejamos o Plano de Pormenor é-nos apresentado e cito a proposta como uma solução de conjunto, mas, bem vistas as coisas, a pressa foi tanta que como o Senhor Presidente também acabou de confirmar, acabamos por estar aqui hoje a reunir ao som de bombos sem que nos apresentem sequer todos os contratos, faltam pelo menos os contratos da parcela 5, 8 e 12, a maior delas com mais de 6000 m², onde alegadamente nascerá a ligação de acesso à estrada nacional. E, por falar na estrada nacional. Nenhum parecer das Infraestruturas de Portugal foi apresentado à reunião de Câmara ou Assembleia porque aquilo que nos estão a pedir é autorização para celebrar contratos para execução de um plano com uma ligação à estrada nacional, sem termos sequer garantia que possa ser concretizada. Mas as falhas do plano não ficam por aqui. Assumindo que a beneficiação da Pista da Costilha é, de facto, o que motiva o executivo, onde estão os pareceres da FIA? Não estão, já sabemos. Mais uma vez pedem nos para celebrar contratos para beneficiação do circuito automóvel quando nem sequer temos as garantias à data de hoje, que no fim do investimento a pista tem a certificação para as provas. Mas mais irrisório é a dispensa de avaliação ambiental, votada expressamente pelo executivo socialista. E não venha o Senhor Presidente dizer que há um relatório de dispensa, porque o relatório é elaborado pela própria autarquia. E os argumentos não são nem mais nem menos aqueles que os senhores querem que sejam para justificar a eventual dispensa. Sendo claro que o espírito da lei refere que a dispensa da avaliação ambiental deve ser uma exceção e não a regra. Mas mesmo que assim não fosse esta postura do executivo socialista revela uma hipocrisia tremenda. Não podemos publicitar o pódio do Município na plantação de árvores à segunda de manhã e na mesma tarde, votar a dispensa da avaliação ambiental de um plano de pormenor com área de intervenção de 186000 m² só porque a capacidade construtiva está abaixo

do PDM. Um executivo que tanto se orgulha e cito dos sinais e mensagens ambientais das abelhas, dos sardões, das cornélias e, ao fim e, ao cabo pouco se importa com o impacto ambiental de encostar 64 mil metros quadrados de novas habitações à pista, ampliá-la 56 mil metros para terrenos de mato e pastagem e a construção de uma ligação Rodoviária e o encanamento de uma nascente de água. Razão para dizer que, como o ambiente e as obras municipais estão todos no mesmo pelouro, fica tudo resolvido dentro de portas. Enfim, o alegado interesse em resolver o problema, requalificar a pista e promover o desporto automóvel, é apenas na verdade, uma desculpa a pretexto da pista, urbanizar a área de +43000 m² com custos para o Município na ordem dos milhões que servirão, de facto, interesses imobiliários que nada têm que ver com a beneficiação da Pista da Costilha. Nem sequer houve o cuidado de salvaguardar o afastamento de novas habitações do traçado da pista por forma a minorar os futuros impactos dessa proximidade. No fundo, as autorizações de celebração de contratos que solicitam a esta Assembleia para o Plano de pormenor englobam como um todo um projeto de urbanização, a nascente, cuja concretização acabará por asfixiar a própria pista, tornando incompreensível a chamada solução de conjunto defendida na própria proposta. De todo modo, a nova pista perde inclusive a área de bancada que curiosamente, na apresentação ainda lá está, pelo que para quem afirma querer dinamizar o circuito e até se arroga sobranceiramente de estar do lado certo da história. Há aqui grande desinteresse, não só pela salvaguarda do futuro da pista, mas também pela massa adepta, facto que não se explica de outra forma a não ser com a eventual intenção de limitar de tal forma a pista para futuro que ela acabe por desaparecer sozinha. E por isso por todas estas incongruências, lapsos e falhas no ponto único que aqui interessa, que é o plano que nos apresentam como um todo, votarei contra o ponto em apreciação.» -----

Intervenção do Membro Municipal, Agostinho Gaspar Ribeiro, Coligação Acreditar Lousada: «Senhora Presidente da Assembleia Municipal, demais elementos que compõem a Mesa. Senhor Presidente da Câmara, Senhora Vereadora, Senhores Vereadores, Senhoras e Senhores, Deputados Municipais, excelentíssimo Público. Excelentíssima comunicação social, habitualmente presente e um cumprimento muito especial, eventualmente a todos que estão em casa, em particular aos aficionados pelo desporto automóvel que nos possam estar neste momento a ver e a tentar ouvir. Queria começar esta minha primeira intervenção pela aquela pergunta que o Senhor Presidente já sabia que lhe iam fazer, porque, é óbvio, não é. É óbvio, que é, Senhor Presidente da Câmara, por favor, diga-nos qual é o motivo de tanta urgência? Porque não se percebe... Porque é que se tem de fazer uma Assembleia Extraordinária com esta urgência, que nos convoca em dia e ao som de bombos, em dia de festas da sede do concelho. Da minha parte, estou aqui com todo o gosto, como sempre fiz. Mas, parece-me peço desculpa, expressão e pode ser uma mera coincidência. Parece-me estranho esta urgência, não

percebo, não consigo perceber, mas também admito que às vezes tenho minhas limitações e, portanto, se puder explicar, gostaria muito que o fizesse. Já o fez de certa forma, mas eu acho que esta coisa de deixar para setembro, não podia ser. E, há aqui outra questão, Senhor Presidente da Câmara, se este Plano de Pormenor da Costilha for hoje aprovada nenhum proprietário pode recuar amanhã? É que as festas podem mudar as pessoas. Porque nós hoje viemos fazer aqui este esforço e amanhã pode um proprietário ou não mudar de opinião? É a minha pergunta que deixo ficar. Colocada esta questão, passamos à questão da discussão sobre o Plano de Pormenor e, sobre esta Assembleia Extraordinária relativamente Plano de Pormenor da Pista da Costilha. -----

-----Em primeiro lugar, não pude deixar de reparar e de ler os documentos como faço sempre e de ver que o Senhor Presidente da Câmara, referiu-se como a Coligação está uma vez do lado errado da história. Senhor Presidente, há 30 anos que não somos nós que estamos enganados nem do lado errado da história. Há mais de quase 40 anos, mas sobretudo há 30 e o Senhor Presidente já tem responsabilidades no Município, há mais de 20, provavelmente e, de repente tem de ser feita hoje a Assembleia, ou seja, têm todos estes anos de atraso para resolver esse problema. Portanto, se há alguém do lado errado da história não é quem sempre defendeu que o Desporto Automóvel em Lousada podia e devia e deverá ser um dos projetos âncora do desenvolvimento económico do concelho. Sempre o fizemos, basta ver os programas eleitorais do partido ou das coligações e, portanto, se nunca nada fizeram, se nunca nada trataram, se nunca nada resolveram. Eu julgo que até os proprietários são os mesmos. Portanto, se alguém que está do lado errado da história, a mim parece-me que não é a Coligação Acreditar Lousada. Depois relativamente ao Plano de Pormenor. Eu confesso que perante o que disse aqui hoje, o meu colega, o Dr. Pedro Amaral, eu concordo na íntegra, basicamente tudo o que ele disse, mas há aqui uma questão, a mim, que eu não ficava bem comigo mesmo se não viesse aqui hoje dizer ao Senhor Presidente da Câmara. Nós temos de fazer um pequeno recuo, um recuo de poucos meses e perceber que há duas ou três Assembleias Municipais atrás, como dizia ou tentava dizer há uma questão para mim que é fundamental em todo este processo, que é: há duas ou três Assembleias Municipais atrás, o Dr. Leonel Vieira levantou nesta Assembleia o problema da Pista. E, disse aqui neste púlpito, mais ou menos isto, *“está a ser negociado no gabinete do Senhor Presidente e apenas no seu gabinete. Mais ou menos isto, a manutenção da Pista naquele local.”* -----

Não era hora de discutir, de fazer uma discussão pública, de perceber se aquele é um local próprio. Eu sei que vai ter de fazer a seguir, mas o problema é que já decidiu, é o costume, não é. E, o Senhor Presidente nessa mesma Assembleia, achei que ficou de certa forma indignado com esse tipo de argumentos. E, agora percebo que ficou indignado foi por ele saber, não foi por causa dos argumentos, ou seja, foi por ele saber que o Senhor andava a negociar, porque afinal era verdade, o Senhor andava a negociar os terrenos. Mas, isso também não tem grande importância ou

melhor, não vai mal ao mundo. Esse é uma das tarefas do Senhor Presidente da Câmara. Agora como já foi aqui dito este tipo de negociações ou este tipo de debate se fosse partilhado com os Vereadores, com os Membros da Assembleia Municipal, se houvesse uma espécie de discussão sobre este tipo de temas, porventura como houve no passado, haveria determinados consensos abrangentes sem qualquer problema. Eu vou dar o exemplo do que me diz respeito a mim, eu pessoalmente concordo com a pista naquele local desde que ela tenha futuro. E, acho que ela ganha futuro com toda a sinceridade, não só com a criação do Paddock, mas com a ligação que é feita depois à 106, à variante. Agora, aqui não temos nenhuma informação, nem nenhuma certeza de que nos vão autorizar a fazer a ligação. E, eu estou a falar disto porque o Senhor Presidente sabe o problema que temos à saída da A 4 e não está resolvido há anos. Há anos, não está resolvido. Eu já vi o projeto tem duas rotundas e não está resolvido. Depois se a pista tiver o novo Paddock e a nova ligação, perfeito. Agora, aquilo que eu acho e tinha aqui de vir dizer é que fiquei, sinceramente, fiquei desiludido, porque o Senhor Presidente de Câmara disse que anda há meses e, acredito, francamente, a negociar, mas gostava de saber quem é ou seja, quem é que criou mais problemas? Se foram os Senhores da INTUL, coitados, digo eu, há muitos anos são donos daquilo e nunca ganharam testão com aquilo. Ou se foi os Senhores da urbanização? Foram mais complicados negociar, porque nós estamos a falar é que nós não precisamos de fazer essa negociação para nada. Ou seja, nós precisamos de uma negociação forte, séria. Não é que esta questão seja séria, estou a falar é que de forma veemente este é que era o grande mérito hoje, o Senhor Presidente Câmara, trazer esta Assembleia Municipal, dizer assim, conseguimos adquirir aqueles terrenos por custos aceitáveis para fazermos um bom apoio ao futuro da pista e não para fazer uma cidade nova. Isto é que era o mérito. Isso é que não limitava a pista. Eu isso tirava o chapéu, Senhor Presidente de Câmara. Se o senhor hoje me dissesse aqui, a Câmara deve fazer um esforço financeiro. Já foi aqui falado em multiusos, aquele filme, é giro. Eu vi um parecido relativamente à Praça do Românico ali atrás, agora está um buraco, mas não estou a pôr em causa que aquilo é para fazer, apenas estou a dizer que vi na altura. Agora, aquilo que acho que era mesmo importante para que a pista tivesse futuro para 30, 40, 50 anos. Para além daquilo que o Senhor Presidente garantiu e bem e acredito que não deve ter sido fácil com a Casa da Costilha em Baixo, com o Paddock. E, dou-lhe o mérito por isso, fora de questão. Agora aquilo que eu gostava hoje de ver aqui é a Câmara como conseguiu e fez em outras circunstâncias. A Câmara conseguiu adquirir uns terrenos que está encalacrado, estão encalacrados aqueles terrenos. Estão ali atrás, porque naquele filme mostra arbustos, mas tem toda a construção até a variante a baixo que é da Casa da Costilha, acho e. Não sei se é, mas deve ser, o que está branco naquele desenho que nos mandam da maquete. Toda aquela encosta. Não sei, não sei, mas seja como for, aquilo que era importante hoje era Senhor Presidente da Câmara chegar aqui, a dizer assim, ao final de dez, onze, doze, não interessa mês de negociação, a Câmara com maior

ou menor esforço financeiro, conseguiu adquirir aqueles terrenos para que sirvam na próximos 30 ou 40 ou 50 anos de apoio à pista de autocross. Repare, o Senhor Presidente da Câmara, há bocadinho disse assim: “claro que, enquanto não construir, temos ali um parque porreiro.” Mas, é se os proprietários não fechar o terreno. O Senhor Presidente, há bocado disse assim, repare, enquanto não construírem na primeira fase não temos problemas de estacionamento. Foi o que disse. Porquê? Porque sabe que aquele espaço, era o espaço ideal, aquela parte toda onde vão vou fazer... Senhor Presidente, nós começamos aquele vídeo com uma cidade. Eu não tenho nada contra, não tenho nada contra as pessoas construírem, vender, é normal, é a vida de cada um. Agora o que eu acho é que o Município deveria conseguir ter negociado a aquisição de todo ou parte dos terrenos para poder servir e ser de futuro à pista de que estamos a falar. Obviamente, que a INTL podia até e ficava até com muito mais margem de manobra junto da INTUL depois em todo-o-terreno, ficava com muito mais margem de manobra. E, é por isso que disse que fiquei desiludido, fiquei desiludido porque realmente achei que a grande surpresa era a Câmara conseguiu, não só ou vai conseguir, não só modernizar a pista, criar um espaço do Paddock, fazer alguma ligação, a uma variante 106, que é importante retirá-la toda aquela parte que tem de sair da pista da parte desportiva para depois sair ou Penafiel ou para o lado de Paços de Ferreira, porque ela passa por baixo, pelo menos é imagem que eu tenho ali. Acho bem, acho que ficam criadas as condições para os próximos, meia dúzia de anos, mas à medida que se vai construindo neste plano que hoje é proposto em parte dele, limita o futuro da pista. E, depois também não percebo uma coisa que é: se a nossa preocupação é a pista, porque é que demorou tantos meses a negociar com os proprietários dos outros terrenos, não eram fundamentais. O da INTUL é. O resto não eram, o resto não fundamental. Esta é a minha opinião. Depois também já aqui foi dito pelo Pedro Amaral, efetivamente, o Senhor Presidente já tinha referido isto, mas efetivamente não há contrato, saliento os 6.504 metros, acho eu que não há contrato. Mas, presumo que o Senhor Presidente já disse que está em andamento. Há aqui uma outra questão, que é um custo estimado daquele muro são à volta de 400 metros e, o arranjo arbóreo ao longo da Quinta da Costilha, também não está estimado o valor. Eu li isso, se não é muro, é vedação com rede, com arbustos, não está. Mas, fundamentalmente para mim o mais importante é que normalmente criam-se espaços desportivos de automóveis em zonas afastadas dos centros por tudo o que nós sabemos. E, na verdade, ao longo dos anos há uma tendência de as cidades ou as vilas, mais as cidades engolir os espaços desportivos. O que nós estamos aqui a fazer é provar já o espaço desportivo e quem o engole, passo a expressão. Esse é que é o problema.» -----

----- **Esclarecimento da Senhora Presidente da Assembleia Municipal:**

«Tivemos o cuidado de confirmar em termos da transmissão, não têm qualquer problema. Se era essa a questão, Dr. Pedro Amaral está salvaguardada.» -----

-----**Intervenção do Membro Municipal, Fausto Oliveira, Presidente da União de Freguesias de Silvares, Pias, Nogueira e Alvarenga, Coligação Acreditar Lousada:** «Boa noite, vou dispensar os comentários e os cumprimentos, cumprimento todos, cumprimento lá em casa. -----
Só para dizer, eu acho que hoje estamos aqui perante um equívoco. E, o equívoco tem a ver a começar pelo ambiente em que nós estamos aqui, que é um equívoco dos decibéis. Ou seja, esta Câmara tem um problema com os decibéis, já viu naquilo que promulgou relativamente às festas e agora, relativamente àquilo que se prepara para fazer ao aprovar esta Pista da Costilha, porquê? Aqui há dias o Senhor Presidente da Câmara estava a dizer que uma pista em qualquer sítio o ruído que faz é sempre audível, mas sejamos claros, colocar uma urbanização em cima da Pista da Costilha é matar a Pista da Costilha, Senhor Presidente. Esse é que é o problema. O Senhor Presidente aqui está-se a preparar para fazer com este Plano de Pormenor e, aliás, o equívoco hoje ficou resolvido porque o Senhor Presidente, mesmo na apresentação do vídeo que fez, começou precisamente pelo Plano Imobiliário. Eu até pensei que seria se calhar o futuro do Senhor Presidente da Câmara quando deixar de ser Presidente, portanto promotor imobiliário, porque de facto, aquilo que está e, é uma boa profissão e de facto, eu acho que está bem encaminhado e acho que eu aprovo porque de facto é bonito. Eu fiquei muito entusiasmado. E, eu até pelas imagens que vi aquele fundo de mar tão bonito, de facto, está muito bem situado para um empreendimento com aquela categoria. Nesse ponto, não tenhamos dúvidas, meus amigos. Agora colocaram uma pista que já lá está e juntar-lhe um empreendimento imobiliário daquela capacidade construtiva é para termos os problemas no futuro, que já hoje os temos no centro da Vila de Lousada, como o Senhor sabe e que há dias promulgou um decreto, uma lei, um edital a reduzir o ruído em determinadas horas. Senhor Presidente, aquela pista e o senhor teria apresentado aqui um plano espetacular, se de facto, nos viesse propor a aquisição de terrenos e tivesse ali uma área tampão arborizada, ajardinada e que depois as urbanizações pudessem crescer muito mais distante daquilo que é a pista. Aí, Senhor Presidente, estávamos todos de acordo. Neste momento, eu não posso estar de acordo e há outros pormenores que depois são completamente enfiados. Quer-se fazer uma área de ligação e muito bem ao IC, à 106 e muito bem, só com muitos problemas. Primeiro, ainda não tem autorização do IP. Não sabe se tem. Segundo a via é de apenas uma via, não tem dois separadores, portanto é muito estrangulada para aquilo que vai ser depois a Avenida junto à Jaime Moura. Portanto, não é de facto uma alternativa de acesso àquela via e muito bem e disse que depois pode fazer a ligação ao Complexo e que está estudada e, muito bem e, eu concordo em absoluto com isso, ligar ao Complexo. Mas aquilo que nos apresentou é uma estrada de 7 metros. Portanto, estrangula ali logo o projeto, portanto, está mal concebido nesse ponto, está mal concebido, tem depois uma inclinação enorme, tem um desnível muito significativo, é outro ponto também que é preciso considerar. Portanto, há

calhar está convencido. Portanto, a Coligação PSD/CDS quis, uma vez mais e quis efetivamente ficar do lado errado da história, como já ficou no passado quando tecia críticas ao Complexo Desportivo de Lousada. Não, vocês não são a favor do desporto automóvel. Vocês não são, nem nunca foram parte da solução, seja para o desporto automóvel, seja para qualquer outro investimento que catapulte o nosso concelho. Já o demonstraram noutras ocasiões, por conta de uma cegueira política sem precedentes que vos impede de colocarem o interesse público acima da vossa agenda política. Se me permitem, até vou perder um pouco mais de tempo nisto para realçar a vossa incongruência em tão pouco tempo: Chegamos ao ponto em que conseguem propor, para a Pista da Costilha: Na AM Fevereiro, o Dr. Leonel Vieira veio cá e disse e passo a citar: -----
“Não menos importante é saber se a costilha é o local ideal para a pista do desporto automóvel em Lousada. Nas últimas semanas falei, Senhor Presidente da Câmara, pessoalmente com pilotos de Ralicross e Autocross, bem como ex-dirigentes do clube automóvel de Lousada. Apesar de ter solicitado ao Senhor Presidente da Câmara, Senhores Deputados, todos os pilotos e dirigentes com quem falei consideram que manter a Pista da Costilha naquele local é um erro.” Todos defendem uma nova pista noutra local do Concelho de Lousada. Na Assembleia Municipal de junho, depois de ter visto muitas e diversas opiniões e imaginam quais tenham sido, que iam no sentido de se manter a Pista no mesmo local, vieram dizer que afinal, o que era relevante, era existir uma consulta pública. Agora, em reunião de câmara, os Senhores Vereadores do PSD disseram e passo a citar: “O Plano de Pormenor da Costilha deveria, nesta fase, e para o âmbito da preocupação que a todos nos une de resolver a situação da Pista da Costilha, situar-se exclusivamente aos terrenos da INTUL e da D. Maria Eugénia da Casa da Costilha.” E outra citação disseram: (...) a par de uma nova dinâmica desportiva que se poderia equacionar para aquele “quarteirão”-----
----- Portanto, em que ficamos? Hoje já vieram aqui dizer... Eu sei que há uma desorganização interna na vossa Coligação. Hoje já vieram dizer que afinal admitem que a melhor localização é efetivamente na Pista da Costilha. Vieram dizer que a solução passaria, primeiro por adquirir apenas os terrenos da INTUL e da Casa da Costilha, porque a aquisição das demais parcelas seria um esforço adicional. Ainda hoje, meus senhores, ainda hoje, tudo dito hoje já dizem que não, que a aquisição se deveria passar por todas as parcelas, mas ao invés da questão do investimento imobiliário, deveria ficar disponível para outro tipo de soluções. Eu pergunto-me primeiro quanto é que isso custaria. Gostava de saber onde é que iam buscar a receita? E, depois entendam-se mesmo que é: ou é uma visão curta que temos que só adquirir parcelas da INTUL e da Casa da Costilha, porque não temos cabimento para mais ou então hoje devíamos apresentar uma solução à grande de aquisição de todas as parcelas, de todos os lotes que lá estão por um valor que nem quero imaginar. E, portanto, num curto espaço de tempo vocês propõem:-----
Relocalização da Costilha com outras valências, sem nunca indicarem

onde e qual a previsão do seu custo; -----
Agora, já admitem que a solução passa por aquela zona, mas, mesmo quanto a um ponto que parece que nos une que é a aquisição das parcelas da INTUL e a aquisição das parcelas da Casa da Costilha, vocês também votaram contra em reunião de câmara. Portanto, nem aí estamos de acordo. Portanto, a Coligação está entregue a este desequilíbrio interno, não se entendem e sobra muito pouco para a discussão séria e orientada para o interesse da nossa terra. Pelo menos convinha que realmente a Coligação tivesse uma postura única até ao fim. A verdade, meus senhores, é esta: como é um projeto estruturante para o futuro de Lousada, que agrada às pessoas, tentaram de tudo para o parar. Essa é a verdade. Vieram, agora, aqui também, dizer que este projeto serve mais o interesse imobiliário. Não se entende. O escopo principal como nós vimos é a requalificação da Pista, caso o contrato o executivo nem sequer tinha avançado com as negociações e essa requalificação integrada inclui benefícios de um plano de desenvolvimento urbano naturalmente mais abrangente. Dizem que serve mais o interesse imobiliário o que não se entende. O escopo principal é a requalificação da Pista e essa requalificação integrada inclui benefícios de um plano de desenvolvimento urbano mais abrangente; não concebem como razoável a dispensa da avaliação ambiental quando comparamos os parâmetros urbanísticos previstos no Regulamento do PDM com os que se encontram no Plano de Pormenor da Costilha, é perceptível que a área máxima de construção e a área máxima de impermeabilização neste último são inferiores aos valores estabelecidos no Regulamento do PDM atual. Esta diminuição nos parâmetros urbanísticos do Plano de Pormenor reflete uma abordagem mais conservadora, mais sustentável no que toca ao desenvolvimento urbano, estando em linha com a preservação do ambiente com a preocupação mais do que asseverada por este Município e pelo ambiente e pela qualidade de vida no Município. Dizem, ainda, e com estes valores me fico, vem aqui colocar também a questão de que esta expansão para a zona dos terrenos da LIMITEBASE e da GOLDPROMISE, cria uma exigência financeira suplementar avaliada mais de um milhão oitocentos mil, tal como o Senhor Presidente também já teve a oportunidade de dizer e certamente explicara melhor do que eu! É um cálculo errado. Este montante inclui o valor das áreas não cedidas no contexto da urbanização, mais as obras associadas de urbanização que vão ser feitas pelo Município, ou seja estão a somar, não sei se por lapso, se propositadamente para criar alarido, créditos que o Município vai receber com o valor das obras que vai investir. E, na mesma linha de pensamento vieram também dizer que o valor global de terrenos e infraestruturas está avaliado em mais de quatro milhões de euros, quando esta afirmação só pode ter um só propósito que é: desinformar. É pura demagogia. Dão a entender que o custo global deste projeto é na ordem dos 4 milhões de euros, o que é falso. Fazem um somatório total entre valor de obras de urbanização com valor de compensações devidas pelo Município aos proprietários e – pasme-se – somam as compensações que o Município vai receber ou não entenderam

o teor dos contratos ou a vossa intenção é realmente desinformar o que se lamenta profundamente.» -----

----- Resposta do Senhor Presidente de Câmara, Pedro Machado: «Muito bem, começando por responder ao Dr. Pedro Amaral, começou por dizer por dar nota de que esta é uma forma repentina e atabalhoada de tratar deste assunto. Repentina, percebo, ou seja, estamos a cumprir com os prazos legais, mas era desejável que houvesse mais tempo, certo. E, nisso concordo consigo. Mas já expliquei que este assunto é de extrema urgência. E, nós não podíamos continuar a arrastar os pés, como alguém deste país, uma figura nacional deste país costuma dizer. E, portanto, este assunto tinha de ser resolvido. E, dar nota que há aqui um grande equívoco, é que nós hoje não estamos a decidir ainda a aquisição. Nós hoje estamos, se vocês assim o entenderem, a autorizar as aquisições, mas há aqui um trajeto pela frente. Esta deliberação vai permitir-nos firmar contratos que vão vincular os particulares e que, num primeiro momento, no prazo de 120 dias, ainda não vinculam o Município. E, portanto, é completamente demagógico dizer que primeiro devíamos fazer uma discussão pública. De que é que adiantava fazer uma discussão pública para depois chegar à conclusão de que esta é a melhor opção se não tivermos os terrenos assegurados. Neste momento nós conseguimos dar estabilidade a essa parte mais difícil, que é ter o acordo dos proprietários. E, agora, apesar de não ser obrigatório, aquilo que foi proposto na reunião de Câmara e que foi aprovado foi que, para além do período que é obrigatório de participação preventiva se faça também, ao mesmo tempo, um período de discussão pública. No âmbito desse período de discussão pública, todas as questões, todas as dúvidas podem ser devidamente debatidas. E, depois a Câmara Municipal vai ter de tomar uma outra decisão, essa sim mais definitiva. E essa decisão da Câmara só acontecerá depois de resolvidas todas essas lacunas, que porventura vocês acham que existem e que eu acho que não existem, quando muito, pode haver aqui a necessidade de maior esclarecimento e teremos tempo para isso e, portanto, este processo que agora vai decorrer nestes 120 dias, servirá para isso, onde teremos oportunidade para debater com mais pormenor essas situações, onde poderemos ponderar aqueles que forem os contributos de qualquer cidadão, não só os vossos. Qualquer cidadão pode apresentar os seus contributos e depois a Câmara vai ter de fazer uma análise de todas essas participações, no âmbito da discussão pública e vai ter de decidir. E até à data, parece-me óbvio qual deverá ser o sentido dessa decisão, mas estou seguramente com toda a disponibilidade para analisar e ponderar esses contributos e análises e opiniões contrárias, como é óbvio. Agora, o que não faz sentido é nós andarmos a falar sempre do mesmo, sem ter nada de concreto, a arrastar os pés e a deixar a pista a definhar. Aquilo que ia acontecer, a muito curto prazo, é que a pista ia encerrar, porque a situação estava a ficar insustentável e, portanto, chegou a hora de fazer uma pausa. No fundo, esta deliberação vai permitir-nos ter agora 120 dias para amadurecer a ideia, para remover dúvidas, para esclarecer o que houver

a esclarecer e então depois é que haverá uma decisão definitiva. No caso do Plano de Pormenor, eu lembro que nós não estamos ainda a decidir a aprovação do Plano de Pormenor. Aliás, nem é da competência da Assembleia neste momento. A competência para dar início ao processo é da Câmara Municipal. Naturalmente que o Plano Pormenor tem que ver com a própria aquisição e faz sentido ele ser discutido aqui. Mas, nós hoje não vamos aprovar o início do processo de elaboração do Plano de Pormenor, porque esse assunto se depois avançar, ou seja, se depois da discussão pública a Câmara entender que se continua a manter os pressupostos e que faz sentido avançarmos, aí sim, o processo vai avançar. E, então, depois de todas as formalidades, o processo há de vir aqui a esta Assembleia, para aí sim, aprovar, ou não, o Plano de Pormenor. Portanto, neste momento, aquilo que existe é um projeto, um projeto que foi apresentado e, portanto, essas dúvidas que aqui colocaram, se há o parecer daqui, se há o parecer dali, se não sei quê, claro que vai haver isso tudo. Claro que isso está tudo a ser trabalhado e, portanto, a seu tempo, tudo isso vai ficar devidamente esclarecido e em momento oportuno vocês terão todas as vossas dúvidas devidamente esclarecidas. -----

----- Depois dizer aqui ao Dr. Pedro Amaral, que fez transparecer a ideia de que isto foi tudo feito de forma atabalhoada e que as coisas estão incompletas. Eu admito que, enfim, num assunto com esta complexidade que poderia fazer sentido ter mais tempo para analisar, isso aí eu admito, porque vocês não se dedicam exclusivamente à política e, portanto, têm as vossas vidas profissionais. Isso eu percebo, agora não percebo, nem aceito, nem tolero que venham para aqui a levantar algumas suspeições de forma sub-reptícia de que o processo não foi, ou não está a ser devidamente transparente. Quando vocês dizem que as negociações foram feitas no gabinete do Presidente da Câmara, por acaso até nem foi, não foi no meu gabinete e nunca foram feitas apenas com a minha presença. Em todas as reuniões de negociação, pelo menos o Diretor do Departamento esteve sempre presente. E essas reuniões, por acaso, até nem foram nenhuma delas no meu gabinete. E, portanto, o processo foi da maior lisura, da maior transparência. E, pergunto eu ao Dr. Pedro Amaral, se porventura quer ser convidado a partir de agora, sempre que eu negociar algum terreno ou algum imóvel para a Câmara, se calhar vou passar a convidá-lo ou convido a oposição. Ou fazemos essa negociação numa Assembleia. Negociamos com os proprietários a aquisição de um imóvel aqui na Assembleia. É isso que você acha que deve ser feito? E, portanto, eu acho que nós devíamos ter muito cuidado com algumas abordagens que aqui são feitas. Depois levantou aqui também uma dúvida quanto ao prédio de Macieira, se tenho a certeza que é o 292. Desculpe, acha que aqueles documentos que você pediu interessam alguma coisa para hoje? Pedir os registos, as aquisições e não sei quê mais... É óbvio que na fase dos contratos, essas aquisições têm que estar todas como deve ser. É evidente que não pode haver qualquer ónus. Isso é óbvio. Toda a gente sabe, pelo menos aqueles que têm formação jurídica. A Assembleia hoje não vai aprovar as minutas dos contratos. Isso é a Câmara Municipal. Aquilo que a

Assembleia vai autorizar, ou não, é a aquisição das parcelas por determinado valor, ponto final. E, portanto, os contratos serão uma consequência da autorização, mas quem autoriza a celebração dos contratos é a Câmara Municipal.-----

----- Tenho resposta para si e sei que não agrada a resposta. Mas nós estamos a conseguir ouvir. Eu tenho de fazer um esforço adicional, mas eu ouvi-os perfeitamente e vocês estão a ouvir-me perfeitamente. Se a minha resposta não lhe agrada, temos pena. Agora, tenho o direito de responder e tenho o direito de esclarecer e, portanto, não estou a ser agressivo. Eu lamento muito. Eu acho mesmo convictamente que vocês estão a perder uma oportunidade de se associarem a uma das maiores realizações das últimas décadas no concelho. Acho que vocês vão dar-me razão com o tempo. Tenho a certeza disso, vocês vão dar-me razão com o tempo. É demagogia vir numa Assembleia anterior dizer que toda a gente diz, que os pilotos dizem que devia ser uma pista nova. E, entretanto, quem defendeu essa proposta hoje está calado...» -----

----- **Intervenção da Senhora Presidente da Assembleia Municipal, Lurdes Castro:** «la pedir se concordavam, fizéssemos uma pausa. É melhor sairmos um pouco da sala. A sala está muito quente, compreendo perfeitamente e iríamos um pouco lá fora. Pode ser? Obrigada.» -----

----- **Após o período de suspensão da sessão ordinária da Assembleia Municipal, a Senhora Presidente retomou a palavra.**-----

----- **Intervenção da Senhora Presidente da Assembleia Municipal, Lurdes Castro:** «Obrigada pela vossa paciência. Efetivamente como é notório a sala está muito quente, o ruído é cada vez maior, não estamos em condições de continuar com esta Assembleia. Faremos a sua continuação na próxima quarta-feira, dia 31. Portanto, na próxima quarta-feira, dia 31, às 21 horas, faremos a continuação da Assembleia.» -----

----- Falta terminar os esclarecimentos por parte do Senhor Presidente, assim como as declarações de voto que já mencionaram que pretendiam apresentar de ambas as bancadas. Neste pressuposto, continuaremos a sessão na próxima quarta-feira. Podemos então concluir por aqui. Obrigada pela vossa atenção, mais uma vez. Até à próxima quarta-feira. Obrigada.» -----

----- **A Mesa da Assembleia Municipal de Lousada, pelo facto de não estarem reunidas as condições, devido ao ruído no exterior que impedia o decurso normal dos trabalhos a sessão foi suspensa e agendada a sua continuação para o dia 31 de julho, pelas 21:00 horas, no salão Nobre do Edifício dos Paços do concelho de Lousada.**-----

----- FALTARAM À SESSÃO OS SEGUINTE MEMBROS MUNICIPAIS: -----

- Carlos Manuel Moreira; da Coligação Acreditar Lousada; -----
- José Oliveira Nunes, Presidente de União de Freguesias de Nespereira e Casais, da Coligação Acreditar Lousada e, -----
- Armando da Costa Silva, Presidente da União das Freguesias de Lustosa e Barrosas (Santo Estevão). -----

Lousada, 25 de julho de 2024.

A Presidente da Assembleia Municipal

Maria de Lurdes Oliveira e Castro _____

O 1º Secretário

Ruben João Pinto Bessa _____

O 2º Secretário

Maria José Pacheco Meireles Magalhães _____

Ata aprovada na sessão ordinária de 05/09/2024 por unanimidade dos membros presentes participantes na sessão ordinária de 25/07/2024.